



EM DEFESA DAS *CATEGORIAS* DE ARISTÓTELES

Thiago Silva Freitas Oliveira
Professor efetivo do Departamento de Filosofia e Direito
da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO: Já se tornou chavão começar qualquer texto sobre as *Categorias* de Aristóteles tentando justificar sua inserção ou não no plano ontológico do autor, bem como sua autenticidade. Esse não é o nosso propósito aqui. Não que em leituras posteriores não possamos tentar apontar para alguma relação entre o texto em questão e outros que comporiam o eixo ontológico do pensamento de Aristóteles. De fato, e a despeito de todas as críticas (bem fundamentadas, inclusive) à linguagem, estrutura e propósito das *Categorias*, acreditamos que essa obra cumpriu um papel peculiar no pensamento do autor, a saber, que lhe permitiu iniciar uma distinção, mesmo que precária, entre tipos de entes, e suas classificações.

PALAVRAS-CHAVE: Categorias. Aristóteles. Metafísica.

SUMMARY: It has become a buzzword to start any text on Aristotle's *Categories* trying to justify its insertion or not in the author's ontological plane, as well as its authenticity. That is not our purpose here. Not that in later readings we cannot attempt to point to any relation between the text in question and others that would make up the ontological axis of Aristotle's thought. In fact, and despite all criticism (well founded, even) of the language, structure and purpose of the *Categories*, we believe that this work played a peculiar role in the author's thinking, namely, that allowed him to make a distinction, even if between types of entities and their classifications.

KEYWORDS: Categories. Aristotle. Metaphysics.

Já se tornou chavão começar qualquer texto sobre as *Categorias* de Aristóteles tentando justificar sua inserção ou não no plano ontológico do autor, bem como sua autenticidade. Esse não é o nosso propósito aqui. Não que em leituras posteriores não possamos tentar apontar para alguma relação entre o texto em questão e outros que comporiam o eixo ontológico do pensamento de Aristóteles. De fato, e a despeito de todas as críticas (bem fundamentadas, inclusive) à linguagem, estrutura e propósito das *Categorias*, acreditamos que essa obra cumpriu um papel peculiar no pensamento do autor, a saber, que lhe permitiu iniciar uma distinção, mesmo que precária, entre tipos de entes, e suas classificações. Ora, quem nunca se viu às voltas com um rascunho de texto, ou mesmo um projeto mal elaborado, mas cujos propósitos foram pelo menos em partes retomados e melhorados? Enfim, assumiremos sem mais problemas que o texto das *Categorias* é de fato um projeto para uma distinção entre tipos de entes. Talvez até mais que um projeto, mas o lançamento de alguns pontos fundamentais da ontologia aristotélica e de sua teoria da predicação. Não nos referimos aos termos técnicos que se criaram e se encerraram no próprio texto, sendo estes dificilmente encontrados em outras obras do autor, mas às questões que são apontadas desde seu início, a saber, o fato de que coisas podem ser ditas de outras e, desse modo, descritas, de que existem tipos diferentes de coisas a serem ditas, de que se deve apontar um ente mais fundamental e condição para os outros, de que existe uma relação ontológica e lógica entre esses entes, enfim, e sem tomar essa breve lista como exaustiva, de que esta relação entre esses tipos de entes pode ser descrita.

Sendo assim, não nos importa a discussão tradicional sobre a autoridade e autenticidade das *Categorias*, mas cabe ressaltar seus pontos fortes e propor uma releitura de seus pontos mais confusos e críticos. Se fizermos isso, estaremos aptos a dizer se o texto de Aristóteles tem alguma utilidade para o conhecimento filosófico e se uma teoria a respeito de categorias pode ser assumida, assim como afirma Ryle (1953 p. 65-81), como uma teoria dos tipos. Uma vez que proposições filosóficas sempre apresentam termos categoriais, justificar uma teoria que tenta analisar os termos que figuram nas proposições não é de todo infrutífero, dado que essas últimas são necessárias para indicar que certos termos pertencem a certas categorias ou tipos. Assim, poderíamos dar uma resposta mais promissora à pergunta lançada no início deste capítulo, qual seja, “para que categorias?”.

Com certeza encontraremos alguns leitores empenhados em ressaltar que essa leitura do texto é deslocada do pensamento de Aristóteles e até mesmo errada, ressaltando que o texto das *Categorias* nada mais é que uma resposta juvenil ao pensamento de Platão. Embora admitamos que essa leitura mais tradicional encontre reforço na literatura secundária e nas análises do texto em questão, não vemos problemas em extrapolar a questão exegética e permitir um avanço filosófico em direção a uma interpretação menos ortodoxa, mas cabível ao texto de Aristóteles.

Mas tratando o problema desde seu início, o que seria, de fato, o objeto das *Categorias*? Numa resposta simples, e com remissão direta à expressão grega que dá título ao livro, teríamos que o objeto de tal texto seriam categorias, que podem ser entendidas, em suma, como predicados. Mas como dito, essa seria uma resposta simples, porque durante todo o texto percebemos que há mais do que uma simples teoria de predicados, ou tipos de predicados, e jamais a lista de 10 categorias apontada por Aristóteles poderia ser assumida como a lista final de predicados possíveis, mas no máximo como uma lista de tipos últimos de predicados, aos quais se reduziriam os demais. Logo, ao tratar da qualidade enquanto categoria, Aristóteles só poderia dizer que ela é uma categorização de inúmeros predicados que representam o mesmo tipo. Ao predicarmos uma cor, um gosto, uma textura, etc., de um determinado sujeito, estaríamos predicando uma qualidade deste. Essa, então, seria uma resposta à seguinte pergunta: de que tipo de predicado estamos falando?

Talvez a seguinte imagem ajude a interpretar a proposta, das *Categorias*, segundo nossa leitura, de uma maneira mais simples e objetiva, sem perder o pano de fundo estipulado por Aristóteles. Assumamos que estamos diante de um objeto qualquer e que não sejamos capazes de identifica-lo de imediato. De início, precisaremos aceitar que esse algo está diante de nós e é passível de algum tipo de descrição, do contrário basta virarmos as costas e ignorarmos o que foi visto. Enfim, o ponto é que existem tipos diferenciados de entes na realidade e eles podem ser descritos.

Suponhamos agora que seja um homem, e que este esteja em pé diante de nós. Quais os tipos de perguntas poderemos responder a respeito dele? Inúmeras, sabemos. Qual a cor de seu cabelo? Qual seu tamanho? Em que posição se encontra? Se está machucado ou não? Se está próximo de algo ou não? Etc. Observemos que o que está em jogo é saber não as respostas a essas perguntas, mas quais perguntas podem ser feitas, e quais tipos últimos de predicados podem ser assumidos como suficientes para fornecer uma descrição adequada do ente em questão. Com uma lista de 10 (dez),

Aristóteles pretende que todos os predicados possíveis de serem atribuídos àquele homem podem ser subsumidos a um ou outro dessa lista¹. A intenção de elaborar uma lista de categorias tem a ver com a intenção de encontrar uma lista de tipos últimos de predicados que podem ser assinalados a um ente qualquer. O que nos leva a afirmar que Aristóteles não teria a necessidade de repetir sempre o mesmo número de categorias em outras obras, mas uma vez estipulado que daquela quantidade não se passa, ou seja, não há mais o que dizer dos entes além daquilo que a lista propõe, reduzir um ou dois itens desta não causará dano à proposta. É claro que essa é uma leitura diferenciada das *Categorias* se comparada com o restante da obra aristotélica, principalmente os textos que tratam de sua ontologia. Não estamos querendo dizer que essa lista foi e é a última palavra em uma teoria dos tipos de predicados possíveis, nem que ela exaure toda a possibilidade de descrição de um ente qualquer, mas sim que, quando escrita, sua intenção foi de possibilitar um primeiro avanço descritivo de realidade, tanto no que se refere à predicação que podemos fazer das coisas, quanto no fato de assumir que há coisas passíveis de predicação. Nossa discussão, em termos de exegese, não pretende analisar as possíveis, e já sabidas, incongruências entre o texto das *Categorias* e o restante da obra de Aristóteles. Isso nos permite uma maior liberdade na análise pura e simples do texto. Sendo assim, não temos receio em afirmar que o texto em questão pretende uma lista dos *Suma Genera* para todos os predicados que podem ser atribuídos a qualquer sujeito ou objeto em análise.

Outro ponto que ajuda a responder a pergunta lançada pelo capítulo, e que ocupa papel central nas explicações do texto, é a noção de indivíduo. Quando Aristóteles fala de predicação, de categorias, de tipos de entes capazes de receber predicação na realidade natural², ele parece constantemente preocupado com a noção de indivíduo, ou melhor, de substância individual (que ele chamará de *próte ousía*)³, ou também de *hypokeímenon* (subjacente), aquilo que subjaz, que permanece. Essa noção seria condição para o entendimento das outras categorias. Dito de outro modo, só se fala em

¹ Ainda não entraremos no mérito da questão se essa lista, mesmo enquanto uma lista de tipos últimos de predicados, pode ser considerada exaustiva, ou se alguns dos itens por ela apresentados podem ser reduzidos a outros.

² Explicaremos melhor esse jargão mais à frente, mas é preciso ressaltar que ele não é de Aristóteles. Entendemos por realidade natural a realidade dos entes naturais, presentes na natureza. Bem como os artefatos, entre outras coisas dotadas de materialidade. Não só através de exemplos Aristóteles parece demonstrar interesse, primeiramente, por esse tipo de realidade, e por acreditarmos que o livro das *Categorias* é um tipo de resposta à famosa “duplicação” de realidades platônica, em um primeiro momento as categorias apontadas por Aristóteles seriam destinadas a descrever os entes presentes na realidade natural.

³ *Cat. 2a 35*.

predicados, tipos de predicados e predicacões porque existem entes individuais dos quais podemos predicar as coisas. O ente individual seria, em última instância, a condição fundamental para toda predicacão, como diz o próprio Aristóteles, “se não houvesse substâncias primeiras (indivíduos) seria impossível existir⁴ as outras (categorias)”.

Por outro lado, não devemos nos limitar aos exemplos de Aristóteles, como faz H. P. Cooke em sua tradução⁵, e considerar que as *Categorias*, devido o grande apelo a indivíduos ou homens ou animais, não permitiria uma referência a toda e qualquer noção de indivíduo que possa ser tomado como substância primeira. Embora os exemplos de Aristóteles se refiram constantemente a homens e animais, isso não quer dizer que a primeira e mais fundamental das categorias não possa ser um objeto qualquer da natureza, ou mesmo um artefato tomado como substância. Enfim, o que queremos dizer, contrariando a leitura que Cooke faz, é que as categorias são sim os tipos mais gerais de predicados que podemos designar de um sujeito, mas não que este tenha que ser apenas homem ou animal, mas qualquer ente na realidade capaz de responder à pergunta feita pela primeira das categorias. No final das contas, as categorias nos permitiriam descrever qualquer coisa existente na realidade natural. E aqui, cabe explicar melhor o que entendemos por essa expressão. A expressão não pode ser extraída literalmente do texto de Aristóteles. Em momento algum o autor faz uso de tal jargão, mas a todo instante ele se refere a entes capazes de serem descritos e de suas relações, e constantemente faz uso de exemplos como “este homem”, “homem”, “animal”, “cavalo”, “branco”, etc. Tais exemplos, associados à argumentação do texto e à forte tendência deste em ser uma resposta a Platão, nos leva a entender que, em primeira instância, Aristóteles quer tratar das coisas presentes na natureza, ou realidade natural, das coisas dotadas de uma presença física. Daí o jargão “realidade natural”. Contrastando com esta, teríamos uma realidade suprassensível, ou uma realidade de entes matemáticos. Ora, em todos esses casos, as categorias seriam passíveis de aplicação, embora inicialmente o que parece ser interesse de Aristóteles é apenas a realidade que nos cerca imediatamente.

Ademais, e como mencionado rapidamente, categorias seriam as respostas para aqueles tipos de perguntas que podem ser lançadas para todo e qualquer tipo de ente na

⁴ Ou apenas ser o caso. É complicada a interpretação, durante todo o texto, do verbo *einai*, mas aqui não vemos problemas em dar um peso existencial a ele.

⁵ Cf. Cooke (1938, p. 2ss).

realidade natural, no intuito de descrevê-los adequadamente. As categorias seriam, então, como uma resposta final a estas perguntas. Se perguntássemos “o que é aquilo?”, poderíamos responder, “é um homem” e atribuir a ele a primeira das categorias, se perguntássemos de que cor é sua pele, poderíamos responder que é branca e dizer que esta cor é uma de suas qualidades, etc. Tanto substância quanto qualidade são, dentro da lista de 10 (dez), tipos mais gerais de predicados⁶ que respondem a um tipo específico de pergunta, cuja intenção é sempre descritiva e identificatória. Se estiver correta essa leitura, qualquer indivíduo nomeável poderá ser subsumida sob uma categoria, às vezes até sob mais que uma (aliás, com maior frequência do que se possa esperar). De qualquer modo, as categorias seriam responsáveis por identificar aquele ente qualquer como sendo um dos casos dela. E mais que isso, como sendo um dos casos de uma das categorias capazes de serem predicadas de um indivíduo qualquer.

Uma vez tendo dito isto, e associado ao primeiro capítulo do texto que se refere às relações de homonímia, sinonímia e paronímia entre determinadas coisas, um leitor poderia encarar o texto das *Categorias* como sendo puramente voltado para questões de linguagem. Por outro lado, e aí referimo-nos a uma literatura mais especializada, há aqueles que acreditam que todo o texto seja apenas uma introdução ao pensamento metafísico do autor. Acreditamos serem ambas as leituras erradas. Não vemos uma dissociação entre linguagem e ontologia quando abordadas pelo autor nesse texto. O texto das *Categorias* de fato carrega um peso metafísico muito forte, mas constantemente permeado por aquilo que podemos chamar em Aristóteles de uma teoria da predicação. A nosso ver, não há como separá-las no texto em questão. Se fizermos um resumo geral de toda a obra das *Categorias*, poderemos perceber a estreita relação entre linguagem e ontologia.

No capítulo 1, Aristóteles já inicia com uma distinção linguística entre coisas capazes de serem nomeadas de diferentes maneiras. Algumas se dizem por homonímia, implicando um sentido equívoco. A relação aqui diz respeito a entes que são homônimos entre si quando estes recebem o mesmo nome, embora as definições sejam diferentes. Alguns se dizem por sinonímia, e os entes aqui possuiriam um sentido unívoco ao partilharem um nome, bem como a definição carregada por esse nome. Por

⁶ É um problema afirmar isso tão pacificamente a respeito da *ousía*, mas o que queremos dizer é que assumida como uma categoria, a noção de *ousía* é uma resposta capaz de identificar algo na realidade, e uma vez tendo feito isso, podemos dizer que esse algo é uma substância. Sendo assim, poderíamos dizer que em um sentido bem específico, uma substância primeira pode ser assumida como predicado, quando respondemos que Crátilo, por exemplo, é uma substância primeira.

fim, alguns se dizem por paronímia, que seria um tipo de sentido derivativo, e diferentemente dos outros dois, parece estabelecer uma relação entre itens linguísticos, e não propriamente coisas⁷.

No capítulo 2, em seu primeiro parágrafo, o autor faz menção a uma distinção entre expressões simples e complexas, e logo depois entra naquilo que seria o nosso objeto de estudo, a saber, uma distinção entre coisas (entes) que são ditas de um subjacente ou estão presentes em um subjacente. No capítulo 3, temos a concepção de que os predicados do predicado devem ser predicáveis do subjacente. No capítulo 4, Aristóteles lança sua lista das dez categorias. Aqui, e em *Top. I 9, 103b 22-23*, temos uma lista completa. Já em outros textos, como *Met. V 7, 1017a 25-27* e *Seg. An. I 22, 83a 21-22*, temos uma lista de oito itens. E essa lista diminui pra cinco em *Met. VI 2, 1026a 32b-1*, e pra três em *Met. VII 1, 1028a 11-3*. Como mencionamos mais acima, algumas vezes algumas das categorias podem ser reduzidas a outras, outras vezes Aristóteles não vê necessidade de mencionar todas, mas uma coisa é certa, a lista jamais ultrapassa dez itens⁸. Embora Aristóteles não pareça compromissado com a construção de uma lista exaustiva dessas categorias descritivas da realidade natural, toda a sua argumentação na obra em questão e sua empreitada que nela se inicia e perpassa outras obras, em distinguir as noções de *ousía* e concomitantes nos permite inferir que essa lista seja completa para o autor. Isso porque, na relação entre ambos, não é encontrado pelo autor nenhuma outra categoria descritiva além dessas, e por mais que as possa reduzir vez ou outra em suas obras, elas não passam de dez.

O capítulo 5, de extrema importância para nosso tema, trata das noções de substância primeira e substância segunda, das relações estabelecidas entre elas e as outras categorias, e dos critérios para se identificá-las. A substância primeira é posta

⁷ A discussão aqui poderia ser longa a respeito da possibilidade de se assumir que a paronímia seria diferente dos outros dos casos e não indicaria imediatamente a relação entre entes, mas apenas itens linguísticos. Para conferir a discussão com mais detalhes, recomendamos alguns textos em defesa dessa visão, como os de Owen (1986a p. 188-89), Dancy (1975, p. 361-68). Já na contramão dessa leitura, temos Lewis (1991, p. 90). Tanto Wedin (1997) quanto Bodeus (2002, p. xcvi) parecem abordar o problema de um ponto de vista mais superficial, como se as *Categorias* cumprissem apenas um papel propedêutico, e em nada pudesse se comprometer com explicações mais pormenorizadas dos problemas ali lançados.

⁸ Historicamente, sabemos que essa lista sofreu inúmeras transformações. Boa parte das releituras feitas sobre essa lista acabou por reduzir a inicial feita por Aristóteles, ou por considerar desnecessária ou por considerar repetitiva. É o caso, por exemplo, de Kant, na sua *Crítica da Razão Pura*, na sua estética transcendental, onde ele reduz a lista a quatro itens. Filósofos contemporâneos da linguagem, como Ryle (1953, p. 65-81), consideram que é totalmente insatisfatória. O que ele chama de lista última de tipos de termos teria subordinações não bem delimitadas ou explicadas, como seriam no caso dos últimos. Para Ryle, o método de Aristóteles ao abordar o problema a partir de uma coleta de perguntas ordinárias não era satisfatório para a criação de uma lista última de tipos ou predicados.

como condição para a substância segunda, bem como para as outras categorias. O capítulo 6 trata especificamente da categoria da quantidade, distinção entre quantidade contínua e discreta, e suas características. O capítulo 7 trata da categoria da relação, sua definição, a possibilidade de admitir contrários, os possíveis graus de relação, e entre outras características a de que é necessário conhecer o seu correlato para se afirmar se tal categoria é um relativo ou não. O capítulo 8 trata da categoria da qualidade, sua definição, os tipos de qualidade que podemos atribuir às coisas. É interessante notar que Aristóteles destina capítulos específicos apenas para essas categorias, restando às outras uma brevíssima explicação ou menção no capítulo 9⁹. Tal atitude pode ser assumida como um reforço textual para aqueles que defendem que Aristóteles jamais tentou elaborar uma lista final dessas categorias. De fato, não podemos deixar de mencionar o desleixo do autor para com os outros itens da lista. Se todo o texto das *Categorias* fosse uma tentativa séria de construção de uma lista exhaustiva de itens a serem descritos na realidade natural, ele deveria ter minimamente apresentado uma explicação para cada um desses itens. Enfim, Aristóteles não o faz, e a lista não fica bem explicada, embora anunciada. Mas isso não retira alguns méritos do texto. A lista foi dada, alguns dos critérios mais básicos da teoria da predicção e da ontologia de Aristóteles foram lançados e a discussão foi posta.

A fim de completar nosso resumo da obra, o capítulo 10 trata de quatro classes de oposição: (1) correlativos, (2) contrários, (3) positivos e privativos, (4) afirmação e negação. O capítulo 11 é bem peculiar, e apresenta uma discussão adicional ao tema dos contrários, focando na relação entre bom e mal. O capítulo 12 é interessantíssimo e de bastante relevância, pois trata dos sentidos que Aristóteles assume para a noção de anterior. Teríamos cinco sentidos nos quais uma coisa pode ser dita como anterior a outra. O capítulo 13 trata dos três sentidos que podemos assumir para a noção de simultâneo. O capítulo 14 dos seis tipos de movimento, e o capítulo 15 dos vários sentidos do verbo “ter”.

Dado todo esse quadro, bem simplificado, é claro, do texto das *Categorias*, não é errado dizer tratar-se de um texto que apresenta critérios tanto lógicos quanto ontológicos para uma descrição de realidade natural. Óbvio que tais critérios são apresentados com uma linguagem empobrecida se comparada com o restante da obra do autor, e sem o zelo necessário que as explicações de tais problemas exigiriam, mas a

⁹ Cf. Crítica de Ryle (1953) a esse suposto problema em Aristóteles.

presença de critérios lógicos e ontológicos é nítida, o que nos leva a reforçar a ideia de que existe uma estreita relação entre linguagem e ontologia. No caso de sua abordagem ontológica, não vemos uma dissociação com critérios lógico-linguísticos. Não vemos, inclusive, a possibilidade de se fazer uma abordagem ontológica sem a utilização desses critérios.

Observemos alguns pontos. Embora o início do texto traga uma discussão aparentemente linguística ao distinguir nomes homônimos, sinônimos e parônimos, sabemos que Aristóteles está referindo-se a entes cujos nomes podem ser assim assumidos. Assim sendo, podemos perceber uma relação entre critérios lógico-linguísticos e ontológicos. Já no segundo capítulo, o autor começa apresentando a possibilidade de se dizer algumas palavras com ou sem combinação, e logo depois nos apresenta a possibilidade de distinguir quatro tipos de entes na realidade natural. Ora, essas palavras, que poderiam ser ditas com ou sem combinação, referem-se aos entes encontrados na realidade e passíveis de um tipo de descrição, descrição essa que poderá ser ancorada por uma lista de categorias e pela relação entre os entes em questão. Assim sendo, não podemos afirmar nem que o primeiro interesse de Aristóteles nas *Categorias* é puramente linguístico, nem puramente ontológico mas, se nossa análise está correta, seu interesse prima pelos dois pontos, pois mesmo que se assuma tal texto como uma ontologia primitiva do autor, essa jamais poderia se furtar de determinados critérios lógico-linguísticos para sua construção. O que estamos tentando dizer é que, considerando o fato de que as *Categorias* lidam no seu sentido mais geral com os entes (*tà onta*), esse tratamento não pode excluir uma abordagem linguística e lógica dos mesmos. Diríamos que essa última abordagem seria o *background* do qual Aristóteles deve fazer uso para sua análise desses entes. Sendo assim, o texto lançaria não só critérios ontológicos, mas também lógico-linguísticos. Poderíamos facilmente dizer que ele se preocupa com coisas que podem ser descritas por palavras. Nesse sentido, uma lista de categorias pode ser assumida como uma tentativa de determinar os tipos de coisas mais básicos que existem para serem descritos. Os critérios lógico-linguísticos são capazes de refletir na sua estrutura as características pertinentes à realidade natural. Por mais que Aristóteles tenha como ponto central coisas (*tà onta*) e, por isso, sua preocupação seja especificamente metafísica, o autor se fia constantemente em critérios lógicos e testes linguísticos capazes de auxiliar em uma descrição mais efetiva desses *tà onta*.

Isso nos leva a outra afirmação, a de que o projeto das *Categorias* não pode ser um projeto epistemológico, no sentido de que não fornece uma análise de como nosso intelecto procede ao conhecer as coisas, mas de um projeto ontológico, que se utiliza de critérios lógico-linguísticos, de descrição da estrutura mais básica da realidade natural. Aristóteles não descreve como nós pensamos, mas o que há para ser pensado, que tipo de coisas pode ser pensado e descrito. Ora, dito desse modo, parecemos colocar as *Categorias* em um patamar de obra decisiva no pensamento do autor, o que sabemos não ser verdade. Mas não estamos defendendo que esse projeto foi levado a cabo de maneira adequada, nem que seu resultado foi um completo sucesso, apenas que o texto pode ser assumido como um projeto ontológico de identificação de tipos de entes presentes na realidade natural e que podem ser descritos segundo certos critérios lógico-linguísticos. O fato de ser um projeto não concede a ele o mérito de ser realizável ou reconhecido como valioso. Apenas não vemos outro modo de enxergar o livro das *Categorias*.

O projeto em si pode ser assumido como extraordinário, mas o modo como o tema foi abordado por Aristóteles deixou bastante a desejar. Apesar de sua escrita fraca, e suas explicações confusas, tranquilamente podemos assumir como uma primeira tentativa, minimamente bem sucedida, de classificação dos entes na realidade natural. Assim, como mais acima fizemos o exercício de tentar reconhecer em um homem quais as coisas que dele poderíamos dizer, façamos outro exercício agora, mostrando como uma lista de categorias pode ser interessante para o conhecimento filosófico.

Uma vez que assumimos que a lista é composta de respostas a determinadas perguntas direcionadas aos entes da realidade natural, e que obviamente devem ser feitas da maneira correta, vejamos o que podemos extrair da proposta de Aristóteles. Fazendo uso do exemplo de Shields (2007, p. 149), qualquer pessoa pode começar uma tentativa de descrição de um ente qualquer sempre através da pergunta *o que é?*, e fornecer respostas até um último grau, o qual estaria no fundamento de todas as outras respostas. Sendo assim, alguém poderia perguntar: o que é Azul piscina? No que alguém poderia responder: um tipo de azul. A pessoa poderia retornar e perguntar: o que é azul? E o respondedor diria: azul é um tipo de cor. Mais uma vez, o perguntador poderia fazer outra pergunta: o que é cor? Por fim, a resposta: cor é uma qualidade. Obviamente que o perguntador poderia ainda acrescentar a pergunta o que é qualidade, ao que Aristóteles responderia que no máximo podemos dar uma resposta do tipo *o que é ser uma qualidade*, pois o autor não acredita em um tipo além da qualidade em

resposta para aquela determinada característica. Na lista das dez categorias, qualidade seria, hierarquicamente falando, a última resposta a ser fornecida para uma determinada característica apresentada pelos entes na realidade natural, e o nome que se dá a um dos dez tipos de coisas capazes de serem descritos nesta realidade natural. Podemos até dizer que qualidade é uma das características das coisas que existem na realidade natural e partilhada por todos os entes¹⁰, ou seja, todos possuem qualidades.

Uma lista de categorias nos permite dizer que características as coisas podem apresentar, e qual é a última resposta a se dar quando perguntamos o que é aquela característica. Mas jamais encontraremos uma instância de qualquer uma das categorias. Isso quer dizer que nunca poderemos apontar para um objeto na realidade e dizer: “esta é a quantidade” ou “olha a qualidade”. Não há um objeto para identificar cada uma das categorias na realidade natural, assim como há “este homem” ou “Sócrates”, ou “esta brancura”, etc. Elas são descrições que podemos fornecer a características por sua vez instanciadas. Podemos discutir sobre o modo como elas se apresentam na realidade natural, como podemos concebê-las, etc., mas não podemos apontar o dedo e encontrar um referente imediato na realidade que seja sujeito na frase “esta é a qualidade”. Por isso, não se trata apenas de distinguir critérios linguísticos, nem de unicamente identificar entes, mas da relação que existe entre os entes na realidade natural, e a capacidade de nossa linguagem de descrevê-los. À sua maneira, a obra de Aristóteles pretende discutir esses pontos. Se comparado com o resto do *Organon*, e também podemos dizer de toda sua obra, as *Categorias* ofereceriam um pano de fundo básico, construído a partir de entes na realidade que podem ser objetos de análises lógicas e ontológicas.

Já dissemos várias vezes aqui que o texto de Aristóteles apresenta inúmeros problemas, seja na escrita, na estrutura, nas justificativas mal elaboradas para tal empresa. E não pretendemos defender ortodoxamente uma teoria das categorias tal como o autor fez em sua obra. Mas, e acima de tudo, estamos defendendo que um projeto que vise o objetivo que acreditamos ter visado Aristóteles deve ser considerado de extrema importância. Categorizar o mundo nos permite descrevê-lo, e toda proposição filosófica se utiliza dessas categorias. Portanto, uma descrição filosófica do mundo remete às categorias necessárias para tal intento. Não estamos dizendo que as

¹⁰ Não temos receio em dizer que todos os entes na realidade natural deverão apresentar essa característica. Nos capítulos anteriores, discutimos a relação entre a principal das categorias, *ousía*, e as outras, e concluímos que não vemos a possibilidade de imaginar uma *ousía* primeira que não seja identificada por suas características, que no caso seriam concomitantes.

categorias permitem dizer o mundo das coisas, mas elas são as expressões linguísticas para as próprias coisas no seu estado mais elementar, e passíveis de serem ditas. Aquilo que nomeamos como uma cor (que é uma qualidade e, portanto, entendido e assumido como categoria), não é porque assim a nomeamos que ela é o que é. De fato, existe um ente na realidade que assim o nomeamos por livre convenção. O que são as coisas, senão um agrupamento de determinadas características em relação, características estas que acabamos por denominar como categorias? Quando dizemos que as categorias são expressões linguísticas para as próprias coisas, estamos dizendo que uma cor, presente em uma superfície qualquer, e chamada de branca, é, em última instância, uma qualidade. Então estamos dizendo que existem qualidades no mundo. O mesmo quando nos referimos a um indivíduo, que nesse caso é uma substância primeira, e estamos dizendo que existem substâncias primeiras no mundo, passíveis de serem descritas. As categorias seriam, então, os nomes últimos que damos às características apresentadas pelos entes no mundo, características estas que podem ser classificadas, enumeradas, e intituladas. É nesse sentido que as categorias seriam as próprias coisas no seu estado mais elementar. Melhor ainda, ao olharmos para o mundo natural, podemos perceber certas características as quais podemos chamar de categorias.

Não há como negar aqui uma relação intrincada entre ontologia e linguagem. Qualquer objeto de análise, pelo menos em Filosofia, não pode, e nem é possível, prescindir da linguagem. Mesmo se a linguagem for objeto de análise, ela também será o meio para tal (uma metalinguagem daria conta dessa situação). Aristóteles não poderia agir de modo diferente em seus textos, mais especificamente nas *Categorias*. Uma coisa será a simples identificação, mesmo que visual, de diferentes tipos de entes e suas características na realidade natural, outra será o modo como expressaremos o que são esses entes e essas características e de que maneira se relacionam. Essa função é da linguagem. Categorizar o mundo seria um meio de facilitar o trabalho da linguagem na identificação e descrição desses entes. Mas o mais interessante é que essa categorização só é possível de ser feita através da própria linguagem. Ela é, de uma só vez, o lugar (em um sentido figurado) e o modo de se pensar as coisas. Mas óbvio que aqui estamos falando da linguagem posta em ação, e mesmo se encontrássemos um opositor com a intenção de defender que Aristóteles em nenhum momento nas *Categorias* estaria preocupado em estabelecer os critérios linguísticos para uma categorização da realidade natural, com o que discordamos, diríamos que ele se engana, pois tal intento é facilmente extraído da argumentação do estagirita. Seria impossível pra ele, mesmo que

no sentido mais superficial, esboçar um projeto de identificação e tipificação de entes na realidade sem estabelecer o mínimo de critérios lógico-linguísticos. Já no primeiro capítulo, a noção de que determinadas coisas podem partilhar o mesmo nome de maneiras diferentes, implica em estar ciente de que existem coisas e nomes que podem ser dados a elas. A noção de nome seria um critério linguístico.

Ele inicia o segundo capítulo fazendo referência a termos capazes de serem tomados isoladamente, termos próprios da linguagem e que poderão, posteriormente e com combinação, descreverem determinados objetos e tornar suas proposições passíveis de uma verificação de seu valor de verdade. No início do capítulo 3, especificamente em *Ib 9-15*, ele explicitamente lança mão de um critério fundamental para sua teoria da predicação, que recebeu o nome, posteriormente, de *transitividade de predicados*, que afirma claramente que o predicado do predicado é predicável do sujeito. Enfim, não nos ateremos em elaborar uma lista precisa de trechos onde Aristóteles explicitamente ou implicitamente faz uso de critérios lógico-linguísticos em seu texto. Só queremos notar que Aristóteles jamais poderia levar a cabo o projeto das *Categorias* sem o uso de recursos lógico-linguísticos.

A realidade natural, dada no seu sentido mais puro e originário, não pode ser assumida como um caos de informação recebida, isso porque ela pode e acaba sendo estruturada por determinadas regras que são enunciadas através da linguagem. A realidade natural nos fornece a matéria bruta do pensamento. A linguagem, que também nos é natural, oferece o meio para se estruturar essa realidade e tornar essa informação recebida em informação processada. Ela pode ser assumida como um instrumento mais geral e comum a todos os indivíduos, capaz de harmonizar, de certa maneira, os outros campos do conhecimento, tornando a relação entre a coisa, o percebido e o pensado articulável e coerente. A linguagem é capaz de tornar a realidade natural única e comum a todos, capaz de ser pensada segundo uma estrutura. Através da linguagem, a realidade natural se torna partilhável, passível de descrição segundo critérios básicos. Ora, pesquisar esses critérios mais básicos, tentar entender como essa linguagem opera e como sua estrutura é montada faz parte do caminho filosófico de Aristóteles. Não há categorização do mundo natural, nem divisão ontológica dos seres sem uso da linguagem e seus critérios mais básicos. Identificar e distinguir os entes na realidade natural pode ser tarefa de uma ontologia em seus primeiros passos, mas essa tarefa não pode ser feita sem uso de critérios lógico-linguísticos. A linguagem é o meio pelo qual tais identificações e descrições são feitas. Não uma ou outra língua, mas a linguagem

que oferece as condições mais básicas e necessárias para uma descrição de mundo. Nesse sentido, não há nada, seja um ente natural qualquer ou qualquer outra coisa, que não se permita estar na linguagem. O ente percebido, identificado e descrito só o é de fato na medida em que foi dito ou pensado, uma vez que o pensamento também é uma forma de linguagem, apenas ainda não expressa em símbolos como esta.

Não negamos que o texto das *Categorias* apresenta uma forte tendência a ser uma resposta juvenil de Aristóteles ao pensamento de Platão. Nesse sentido, o texto poderia indicar uma dupla pergunta não explicitada nele pelo autor, mas que acreditamos poder extrair segundo seu plano argumentativo: o que são as coisas e o que podemos dizer delas? A pergunta parece mesclar tanto o ponto de vista metafísico quanto o ponto de vista linguístico, e se estivermos corretos em extraí-la do pensamento de Aristóteles no texto em questão, poderemos tranquilamente dizer que as *Categorias* são um texto de cunho ontológico e linguístico.

A nosso ver, a proposta de uma categorização do mundo natural não pode se pautar única e exclusivamente por uma de duas posições extremas que poderíamos chamar de *dogmatismo metafísico* ou *relativismo linguístico*¹¹. Para a primeira posição, a realidade natural, ou mundo natural, seria passível de descrição por se comportar de maneira uniforme, e possuir determinadas características fixas, ou mesmo entidades fixas, cujo papel de descrição seria função exclusiva da linguagem enquanto meio para essa. O mundo seria conhecido em sua essência porque possuiríamos a capacidade para tal conhecimento, o meio através da linguagem, e haveria esta característica peculiar do mundo natural, de possuir determinadas propriedades gerais e constantes. Tais propriedades gerais, enquanto fixas, não mudariam jamais, e não importaria a língua ou meio utilizado para descrevê-las, as compreenderíamos objetivamente, uma vez que toda essa estrutura descritiva do mundo seria fixa. Já para a segunda posição, essa ideia de que poderíamos descrever o mundo natural objetivamente através da linguagem, ou pelo menos de uma língua, não faria sentido. Não porque o mundo não possuiria determinadas características passíveis de uma descrição, mas porque o meio para se fazê-las seria a linguagem, e por mais que essa possa possuir uma estrutura universal, as

¹¹ Essa é uma discussão que no levaria àquela entre empirismo e racionalismo, e coisa que pretendemos discutir futuramente. Existiriam estruturas fixas dadas na realidade e capazes de serem descritas sempre e do mesmo modo? Ainda mais, existiriam estruturas fixas nos sujeitos que as descrevem, estruturas estas que seriam universais e permitiriam um acesso mais direto aos objetos dados na realidade? Enfim, a discussão passa, necessariamente, por aquela feita pelos modernos, sobre nossas capacidades cognitivas e o modo como conhecemos. Para uma leitura geral de como uma noção de linguagem se construiu ao longo desses pensadores, cf. SALUS (1969).

línguas não permitiriam uma uniformização nas descrições categoriais da realidade natural, nem o mesmo tipo de abordagem semântica das coisas a serem descritas. Essa estrutura universal, e até mesmo *a priori* da linguagem, não nos permitiria conhecer as coisas em si. Em uma crítica à posição metafísica, a relativista, que poderia ser assumida como cética, não admitiria um acesso direto aos objetos dados na realidade natural, mas apenas um acesso mediato, preso às condições ora da língua particular e sempre da linguagem em geral.

Face às duas posições, uma terceira, e conciliadora, deve surgir. Essa posição admitirá a possibilidade de uma descrição efetiva da realidade natural, assim como querem os metafísicos, e essa descrição está condicionada pela linguagem e seus princípios mais fundamentais, como querem os céticos (ou relativistas). Ora, a relação entre linguagem natural e mundo natural não pode ser opositiva. Só descrevemos um mundo como natural porque possuímos condições naturais para criar uma linguagem que nos permite fazê-lo, e só possuímos essas condições para a linguagem porque estamos em um mundo natural. Categorizar o mundo não seria, então, mais do que uma necessidade natural de entes naturais. E separar o campo ontológico do campo da linguagem seria *misleading*. Não se pode descrever aquilo que está no campo ontológico sem apelar para os critérios estipulados pelo campo da linguagem. Não temos receio em afirmar que o mundo natural possui independência com relação às línguas e aos critérios gerais dados pela linguagem, mas o mundo natural, enquanto passível de descrição, depende da linguagem, e não poderia se constituir, nem ser descrito, fora dessa. É nesse sentido que o mundo só é mundo na medida em que ele é para nós. As categorias não passariam de nomes dados às coisas comuns encontradas na realidade natural, nomes que só são possíveis de serem dados à medida que a linguagem assume seu papel de detentora dessa tarefa descritiva. As condições dadas pela linguagem são condições para se descrever o mundo natural. E que fique claro, condições para se descrever, não condições para a existência dos entes no mundo natural. Uma coisa é dizer que necessitamos de um mecanismo para a descrição dos entes na realidade natural, cuja estrutura e princípios são fundamentais para se entender e dizer algo das coisas. Isso não quer dizer que sem a linguagem as coisas não existiriam. Elas não existiriam do modo como elas existem para nós na medida em que as categorizamos, mas o mundo das coisas não depende de uma linguagem para garantir sua existência. Embora Aristóteles não diga nada nesse sentido (e se algo fosse afirmado nessa linha, seria de que os entes individuais é que são a condição última para todo o

resto, *Cat. 5, 2b 5-7*), sua abordagem é similar. Primeiro, afirma-se a existência de entes (na realidade natural) e que esses partilham de certas características quando recebem seus nomes, depois tenta-se distinguir tipos de entes na realidade, e o modo como esses se relacionam entre si. Ora, para se entender essa relação, Aristóteles lança mão de critérios tanto ontológicos quanto lógicos.

Isso é categorizar o mundo: estabelecer uma relação entre os entes presentes na realidade natural, que são independentes de qualquer descrição que lhes seja imposta, e uma linguagem que se constitui de critérios fundamentais para a descrição adequada e inteligível dessa realidade natural. Ainda mais, categorizar seria extrair das relações já presentes no mundo uma descrição inteligível e tornar possível uma definição dos entes presentes na realidade natural, mesmo que mediada pela linguagem e sua estrutura, o que nos impede de dizer que conheceríamos, na realidade, as coisas em si mesmas. Em outras palavras, o mundo descrito tal como é descrito só existe na medida em que é descrito, e o meio para tal empreendimento é a linguagem.

Do que foi dito, fica claro que podemos fazer uma distinção entre tipos de mundos ou realidades. De um lado, teremos a realidade natural, dada no seu sentido imediato e de independência ontológica, sem a interferência desta ou daquela descrição específica¹². De outro lado, teríamos um mundo ou a realidade para nós (e que fique claro, embora a expressão seja semelhante às noções fenomenológicas, não queremos criar nenhum tipo de paridade com esse método de abordagem filosófica), que só o é na medida em que nossa abordagem descritiva se faz valer através dos critérios mais fundamentais dados pela linguagem. Com isso, retrataríamos a possibilidade de divergências entre as diversas línguas e culturas, mas deixaríamos intacta a noção de que existe um mundo tal como o traduzimos, tal como o interpretamos, e é esse mundo que podemos chamar de para nós, à medida que o descrevemos. Esse mundo é tudo aquilo que podemos dizer.

¹² Óbvio que qualquer um poderia dizer que até mesmo para afirmar essa independência quem a faz estaria utilizando de categorias construídas artificialmente por aquele que descreve, ou já dadas em uma determinada estrutura linguística. Mas não tem como fugir a isso. Existe um emaranhado de coisas dadas na realidade natural que só se tornam o que elas são para nós à medida que assim as descrevemos. Mas isso não quer dizer que consideradas em si mesmas, essas mesmas coisas dependeriam da descrição feita por uma ou outra linguagem específica. O caso é simples: se não houvesse indivíduos capazes de descrever a realidade com suas categorias específicas e nos seus moldes específicos, essa realidade não existiria no sentido que ele existe para eles, mas continuaria sendo, enquanto pudesse ser (dado sua inerência ao mundo do devir), o que era em si mesma antes de ser descrita por este ou aquele indivíduo.

Embora a posição cética possa parecer mais atraente, visto seu desprendimento com a necessidade de se afirmar a existência das coisas na realidade natural¹³, a nosso ver a posição metafísica, que seria sustentada, em parte, por Aristóteles, tem o mérito de considerar a existência das coisas passíveis de serem ditas (ou *dizíveis*) como condição fundamental para o exercício de uma linguagem descritiva. Se não houvesse um item sequer a ser dito no mundo, não haveria linguagem, e não acreditamos na possibilidade da conversa dessa proposição, a saber, de que se não houvesse linguagem não haveria um item sequer a ser dito no mundo. Ora, só há linguagem porque um dos itens contados no mundo como passíveis de serem ditos é, inclusive, o dos responsáveis e capazes de tal empreendimento. Nós contamos como um desses itens (ou entes, para voltarmos ao vocabulário de Aristóteles) capazes de serem ditos e ao mesmo tempo somos os possuidores do meio para fazê-lo. Se não houvesse um ente sequer na realidade capaz de realizar tal tarefa, as coisas até poderiam existir (estamos entrando aqui em uma discussão de mundos possíveis, e imaginando um mundo onde apenas existissem entes sem mais, incapazes de uma linguagem descritiva de realidade), mas não haveria o *que* ou *quem* as descrevesse (isso supondo, é claro, que não houvesse um *que* ou *quem* capaz de descrevê-lo tal como fazemos), sendo necessária para tal descrição a existência de um ente capaz de tal tarefa. De uma certa maneira, não tão radical como alguns poderiam pensar, podemos sim dizer que sem linguagem não nos restaria nada do mundo, mas essa frase só faria sentido se inserida no contexto que estamos defendendo até o momento, de que a capacidade de linguagem descritiva é uma característica específica de um dos entes presentes nessa realidade natural. Assim, se não possuíssemos tal capacidade, e nenhum outro ente presente na realidade a possuísse, de fato não restaria nada daquele mundo para nós.

E onde se inseririam as categorias? Afinal de contas, para que categorias? Ora, entende-se aqui que as categorias seriam um dos vários modos de se utilizar da linguagem para descrever a realidade natural e transformá-la em realidade para nós¹⁴. Elas seriam uma lista de que coisas podem ser ditas sobre os entes na realidade natural, ou classificações para estes. Ora, vemos um objeto qualquer, devemos ser capazes de

¹³ Uma vez que assumo o relativismo linguístico, toda descrição da realidade passa a ser condicionada pelos critérios estipulados pela estrutura da linguagem, daí a dificuldade de se afirmar a existência dos entes que estão fora dela, uma vez que estes só passariam a existir dentro dela.

¹⁴ E aqui é importante reforçar, as categorias não seriam geradoras de uma realidade para além delas mesmas. Elas seriam um instrumento, um artifício, ou mesmo um reconhecimento via linguagem de estruturas já presentes na realidade, mas que se tornariam conhecidas para nós à medida que fizéssemos uso dessas categorias o intuito de descrever tal realidade.

identificá-lo, nem que seja, em última instância, como uma substância individual, um *certo isto*. Esse objeto poderá possuir outras características identificáveis, a saber, tamanho, cor, etc. As categorias seriam, então, aquilo que extraímos como mais geral apresentado na realidade natural, e serviriam como instrumento da linguagem para classificarmos e dizermos as coisas de uma maneira coerente. Elas jamais poderiam, e nem se pretendem no texto de Aristóteles, ser uma lista exaustiva de predicados, mas no máximo uma lista de predicados últimos. Dito desse modo, uma proposta de categorização da realidade parece ser algo de extrema e fundamental importância para o conhecimento filosófico e não vemos razão para discordar de tal afirmação. Não estamos falando especificamente da obra *Categorias* de Aristóteles, que está longe de ser um texto capaz de sanar as dificuldades encontradas na relação entre questões de ordem ontológica e lógica, mas não podemos discordar do fato que o mundo como nós o descrevemos só o é na medida em que o descrevemos, e essa descrição depende de critérios bem específicos para ser feita de modo a nos dar acesso a uma realidade minimamente coerente. Enfim, para que categorias? Porque se faz necessária uma descrição coerente da realidade natural e porque as categorias são apenas os nomes classificatórios que damos para os tipos últimos de predicados que podemos dar aos entes já presentes nessa realidade natural.

Sendo assim, as categorias permitiriam determinar um número padrão de perguntas a serem respondidas com relação a um ente descritível qualquer na realidade. E dizemos padrão para não incorrer no provável erro de afirmar que seja um número limitado. Não sabemos se todas as listas de categorias já propostas ao longo da História da Filosofia contemplaram todas as alternativas possíveis, nem nos interessa. O que interessa é que categorias são capazes de indicar esse número padrão de perguntas a serem respondidas com relação a um ente descritível na realidade. Se faço a pergunta *de qual tamanho?*, encontro um número de respostas capaz de satisfazer ou não essa questão, e as que satisfizerem serão classificadas dentro daquela categoria. Assim se dará também com outras perguntas. Se houver mais de um predicado respondendo a mesma questão sobre um mesmo ente, então eles serão considerados da mesma categoria, do contrário, de categorias diferentes. Mas tanto em Aristóteles, quanto em qualquer outro pensador que pretender desenvolver uma lista como essa, a mesma não poderá se resumir a predicados, pois é necessário que se faça uma pergunta em específico para cada um desses predicados, a saber, *quem* ou *o que* os possui? As respostas finais não poderão ser um outro predicado, mas deverá ser a categoria da

substância, ou aquilo que entendemos como um indivíduo, um particular. No final das contas, uma lista de categorias não pode indicar simplesmente predicados mais gerais ou últimos, mas uma lista de termos, ou tipos de termos, como bem diz Ryle em seu texto *Categorias* (1953), onde termo significa fator que pode ser abstraído num conjunto de proposições simples e singulares. Isso quer dizer que ao nos referirmos aos entes presentes na realidade na intenção de descrevê-los, sempre seremos capazes de classificá-los segundo uma lista de termos. Esses termos serão capazes de responder determinados tipos de perguntas feitas a respeito desses entes, e essas perguntas têm a intenção de propiciar uma descrição adequada desse ente. O meio para se fazer isso? A linguagem. As categorias seriam um dos instrumentos da linguagem na tentativa de acessar a realidade natural. Enquanto símbolo do real, sabemos que a linguagem não pode tomar o lugar, efetivamente, das coisas. Nesse sentido, a remissão às coisas feita por ela ainda exprime uma certa distância entre o falado e a coisa em si mesma. Mas essa distância pode ser amenizada através de instrumentos capazes de criar um elo mais forte entre a linguagem e o real. Para isso servem as categorias.

REFERÊNCIAS:

- I) Textos de Aristóteles (edições críticas, traduções e traduções comentadas):
- ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Trad. and comm. Oxford: Clarendon Aristotle series, 1963.
- ANGIONI, L. *Metafísica de Aristóteles, livros IV e VI*. Campinas: IFCH/Unicamp, col. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n° 14, 2007.
- _____. *Segundos Analíticos II*, Campinas: IFCH/Unicamp, col. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n° 4, 2002.
- ARISTOTLE. *The Categories/On Interpretatione*. With an English translation by Harold P. Cooke. London: Harvard University Press, 1938.
- BEKKER, I. *Aristotelis opera*. Org. O. Gigon Berlim: Walter de Gruyter, 1950, vol. I-II.
- BODEÛS, R. *Aristote-Categories*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- ROSS, D. *Aristotle's Metaphysics*, 2 vols. Texto rev., introdução e comentário. Oxford: Clarendon Press, 1924.
- _____. *Aristoteles: Analytica Priora et Posteriora*, Oxford: Clarendon Press, 1949.
- SMITH, R. *Aristotle - Prior analytics*. Indianapolis: Hackett, 1989.

II) Artigos:

ALLEN, R.E. 'Individual Properties in Aristotle's *Categories*' *Phronesis* 14: 31-39, 1969.

_____. "Subjacente e forma na teoria aristotélica de *ousia*", In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, vol. 13, nº 2, 2003, p. 245-275.

ANNAS, J. 'Individuals in Aristotle's *Categories*: Two Queries' *Phronesis* 19: 146-152, 1974.

DUERLINGER, J. "Predication and Inherence in Aristotle's *Categories*". In: *Phronesis* 15, 1970. 179-203.

FREDE, M. 'Individuals in Aristotle'. In: *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

HAMLIN, D. W. Aristotle on Predication. In: *Phronesis* 6, 1961, p. 110-125.

HEINAMAN, R. Nonsubstantial Individuals in the *Categories*. In: *Phronesis* 26: 295-307, 1981.

OWEN, G. E. L. 'Logic and metaphysics in some early works of Aristotle'. In: Martha Nussbaum (ed), *Logic, science and dialectic*. Londres: Duckworth, 1986a, pp. 180-99.

_____, G. E. L. 'Inherence'. In: Martha Nussbaum (ed), *Logic, science and dialectic*. Londres: Duckworth, 1986b, pp. 252-58.

POLANSKY, R. & KUCZEWSKI, M. Speech and Thought, Symbol and Likeness: Aristotle's "De Interpretatione" 16a3-9. In: *Apeiron* 23 (1):51 – 63, 1990.

RYLE, Gilbert. *Categorias*. In: *Os Pensadores (Austin- Ryle- Quine- Strawson)*. Trad. de Baltazar Barbosa Filho, São Paulo, Abril Cultural, 1973, pp 29-41.